

**FAMÍLIA COMO ARMADILHA:
o outro lado da agricultura familiar**

***FAMILY AS A TRAP:
the other side of family agriculture***

Loreley Garcia

Universidade Federal da Paraíba

Silvana de Souza Nascimento

Universidade Federal da Paraíba

Eduardo Sergio Soares Sousa

Universidade Federal da Paraíba

Josilene Ribeiro

Universidade Federal da Paraíba

Resumo

Apresentamos os resultados da avaliação de um projeto de desenvolvimento voltado para mulheres com o propósito de promover mudanças nas relações de gênero e contribuir para criar relações sociais mais igualitárias no meio rural. A pesquisa teve como foco o projeto Dom Helder Câmara e foi realizada nos Cariris da Paraíba, em assentamentos de reforma agrária e agrovilas. A proposta do PDHC é fomentar ações que gerem renda e, ao mesmo tempo, empoderar as mulheres no contexto da estratégia *Gender and Development* (GAD). Contudo, ao longo da pesquisa, foram observados impasses e paradoxos entre o último objetivo e a opção pela agricultura familiar.

Palavras-chave: gênero, empoderamento, projetos de desenvolvimento, assentamentos rurais

Abstract

We present the results of the evaluation of a development project focused on women whose purpose was to promote changes in gender relations and contribute to making more egalitarian the social relations in rural areas. The research focused on the project Dom Helder Camara, was held in Cariris of Paraíba, in agrarian reform settlements and rural villages. The purpose of PDHC is to foster actions that generate income and at the same time, empower women within the strategy *Gender and Development* (GAD). However, during the research, impasses and paradoxes were observed between the last goal and the option for family agriculture.

Keywords: gender, empowerment, development projects, rural settlements

Introdução

Esse artigo apresenta os resultados de uma pesquisa sócio-antropológica intitulada *Fissuras no Cotidiano, Rupturas na História*¹ cujo objetivo foi investigar a possibilidade da formação de novas relações de gênero na zona rural dos Cariris paraibanos, a partir da inserção de mulheres em projetos de desenvolvimento que visam garantir a equidade de gênero. A investigação procurou analisar as seguintes questões: projetos de desenvolvimento, como o Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC)², engendram diferenças nas relações de gênero ditas tradicionais? Existem indícios de alteração na divisão sexual do trabalho? A mudança nos papéis sexuais cria conflitos familiares? São ações que produzem novos(as) personagens no campo, gerando novas práticas culturais? Que impacto têm os projetos e programas na promoção da cidadania, autonomia, equidade e emancipação femininas?

A investigação foi realizada em três assentamentos (Santa Catarina, Novo Mundo e Serrote Agudo), além de duas agrovilas (Tingui e Porções), a metodologia adotada foi baseada em observação participante e na realização de entrevistas semiestruturadas. A escolha dos locais teve como critério a indicação das organizações feministas dos assentamentos cujos projetos mostraram-se bem-sucedidos. Foram realizadas entrevistas com todas as facilitadoras das organizações que atuaram nos assentamentos e com 70 mulheres atendidas destas localidades citadas, totalizando 100 entrevistas. Essas políticas públicas têm por objetivo promover a emancipação das mulheres e garantir alternativas de renda no meio rural. Porém, sob a ótica das teorias feministas, o que importa saber, quando da avaliação de um projeto voltado para relações de gênero, é se se reorganizou os papéis sexuais e a divisão sexual de trabalho e se se trouxe mais poder e direitos às mulheres. Na análise feminista, a investigação das desigualdades de gênero precisar ter privilégio absoluto, pois persegue os silêncios escondidos nas dobras dos discursos e não considera as dinâmicas entre os gêneros como estáticas. Assim, numa estrutura opressora e desfavorável, a agência aparece como a capacidade individual e coletiva de romper com essa estrutura que constringe.

Incontáveis projetos de desenvolvimento voltados para mulheres e geração de renda nada oferecem à perspectiva da mudança radical nas relações de gênero, para reconstruí-las em bases democráticas e não-hierárquicas. São projetos que buscam renda e trabalho e, no máximo, a aquisição de uma autoestima mais elevada entre as mulheres por meio da formação, capacitação e maior sociabilidade. São metas que não substituem a proposta para alterar as relações de gênero e redistribuir o poder entre os sexos.

1 Edital 57/2008 MCT/CNPq/ SPM- PR/ MDA Relações de Gênero, Mulheres e Feminismo.

2 O Projeto de Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária do Semiárido do Nordeste (Projeto Dom Helder Câmara - PDHC) é um projeto governamental, criado a partir de um acordo de empréstimo internacional firmado entre a República Federativa do Brasil e o Fundo Internacional de Desenvolvimento (Fida), estando vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

No que tange às relações de poder, as políticas apresentam desafios que ainda estão longe de serem superados. Se a vida das mulheres mudou é preciso saber em que medida isso impactou a esfera cotidiana, se ela adquiriu autonomia, aqui entendida como a capacidade de gerenciar o próprio destino, rompendo com a intrincada rede de relações na qual ocupa uma condição subalterna, sempre barganhando pelo reconhecimento dos direitos mais elementares, como de ter voz ativa nas decisões, integridade física e mobilidade para ir e vir.

No caso do PDHC e do programa do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida) para o Mercado Comum do Sul (Mercosul), o alvo seria garantir a equidade de gênero a partir de projetos de geração de renda na agricultura familiar, pois esta é vista como um elemento vital para segurança econômica, estabilidade política, social, cultural e ambiental.

As políticas públicas voltadas para agricultura familiar consideram a progressiva redução da participação do Estado na economia, promovendo a modernização da produção com vistas ao mercado. A agricultura familiar é responsável pela produção dos principais alimentos consumidos pela população brasileira: 84% da mandioca, 67% do feijão, 54% do leite, 49% do milho, 40% de aves e ovos e 58% de suínos (dados de 2006). No Nordeste, a agricultura familiar é responsável por 82,9% da ocupação de mão de obra no campo, segundo o Banco do Nordeste.

O PDHC apoia e fomenta diferentes atividades produtivas, nas quais êxito e fracasso convivem nas ações dos projetos. Entre as atividades, destacam-se a produção de galinhas, cabras, hortas orgânicas, minhocário e apoio às feiras agroecológicas. Segundo relatório do PDHC, de 2005 a 2007 (Brasil, 2005b), as ações de gênero, geração e etnia tiveram por objetivo: a) apoiar grupos produtivos de mulheres e jovens; b) promover o acesso de mulheres, jovens e comunidades étnicas à assistência técnica; c) promover o acesso de mulheres e jovens às linhas de crédito Pronaf Mulher e Jovem (Brasil, 2005a); d) promover o combate à violência contra a mulher; e) promover a inclusão nas instâncias de organização social e políticas para mulheres; e) documentação para mulheres; f) promover o acesso das mulheres à terra com titulação conjunta da terra.

Paralelamente, o PDHC propõe a transversalidade de gênero, etnia e geração em todas as ações, realizadas através de parcerias como, por exemplo, com o Centro de Referência da Mulher 8 de Março (CRM8M) e Cunchã Coletivo Feminista, organizações feministas que atuam, desde a década de 1990, na defesa dos direitos das mulheres e pela equidade de gênero na Paraíba³. O CRM8M tem como um dos principais objetivos combater a violência doméstica e sexual e promover ações de prevenção e promoção da saúde feminina. Já o Cunchã atua no fortalecimento de movimentos de mulheres urbanas e rurais por meio de ações em diferentes áreas como saúde, direitos sexuais e reprodutivos e

3 Cf. Cunchã, coletivo feminista; Coletivo 8 de março, 2007.

cidadania.

Para as intervenções na área de equidade de gênero, as ONGs feministas iniciaram suas ações no Cariri, em 2003, em 12 assentamentos. Em 2007, incluíram 3 assentamentos e 18 comunidades de agricultura familiar, totalizando ações em 15 municípios. A finalidade das ações envolveu a elaboração de dois diagnósticos sobre a realidade socioeconômica das mulheres dessa região, a capacitação dos técnicos e mobilizadores sociais do PDHC e a realização de ações diretas com as mulheres assentadas, incluindo lideranças.

Assim, durante dois anos, estas organizações realizaram formações tanto com os agentes do PDHC quanto com as mulheres atendidas, por meio de oficinas e reuniões, que foram divididas em módulos sobre organização, trabalho e violência. Contudo, como será demonstrado, havia uma discrepância entre as propostas e expectativas das organizações feministas e as do próprio PDHC, o que ocasionava, para as mulheres atendidas, uma confusão de entendimento sobre os papéis das organizações e dos técnicos do programa. Mais do que isso, para o PDHC, a questão de gênero, ainda que no projeto original seja apresentada como transversal, era encarada apenas como mais um item dentre os pontos a serem desenvolvidos juntos aos técnicos, preocupados, antes de tudo, com ações que promovessem a modernização no campo por meio de tecnologias e não com estratégias de empoderamento que pudessem transformar as formas de opressão feminina e os modos de organização familiar. Esta postura impedia que as organizações feministas pudessem realizar ações mais efetivas que impactassem o cotidiano das famílias no sentido de minimizar as desigualdades de gênero no que se refere às divisões das tarefas e à organização da vida doméstica.

As mulheres nos assentamentos dos Cariris

Os Cariris encontram-se na região semiárida, o Polígono das secas do Nordeste, caracterizado por elevadas temperaturas, fracas amplitudes térmicas e chuvas escassas concentradas no inverno e irregulares. Apesar da escassez de recursos hídricos, a região possui grande capacidade de armazenamento de água em inúmeros reservatórios, colocando-se entre as regiões com maior índice de açudagem do mundo. O universo dessa pesquisa foi os Cariri Ocidental da Paraíba, área que abrange dezessete municípios⁴. Trata-se de microrregião subdividida geograficamente pelo IBGE que, junto às microrregiões do Cariri Oriental, Seridó e Seridó Oriental paraibano, compõe a Mesorregião da Borborema.

Consideramos os territórios e as áreas de atuação do PDHC para selecionar as agrovilas de Tingui e Porções e os assentamentos de Santa Catarina, em Monteiro (320 famílias); Novo Mundo, em Camalaú (87 famílias) e Serrote Agudo, em Sumé (86 famílias).

⁴ A microrregião do Cariri Ocidental da Paraíba é composta pelos municípios de Assunção, Taperoá, Livramento, São José dos Cordeiros, Parari, Serra Branca, Amparo, Ouro Velho, Prata, Sumé, Coxixola, Congo, Camalaú, Monteiro, Zabelê, São Sebastião do Umbuzeiro e São João do Tigre.

Resguardadas as peculiaridades e os aspectos históricos da formação dos assentamentos, eles têm muito em comum, como descrevemos a seguir.

A família é a unidade básica da produção; a principal atividade geradora de renda é a agricultura de subsistência; o plantio de lavouras temporárias, onde predominam milho e feijão; criatório de pequenos animais, principalmente caprinos. A renda é complementada pela prestação de serviços (trabalho alugado), como pedreiro e outros, caracterizando situação de pluriatividade⁵. A maior parte dos assentados recebe benefícios do Governo Federal (bolsa família, bolsa escola e aposentadoria). O artesanato é recorrente e realizado pelas mulheres nas horas 'vagas', a renda renascença é um exemplo de geração de renda.

O PDHC, ao contratar organizações feministas para implantar a transversalidade de gênero, possibilitou uma interessante aproximação da temática feminista com um projeto de desenvolvimento sustentável e economia solidária. Mas criou impasses quanto à intervenção feminista em famílias fundadas nos princípios da agricultura familiar e na divisão sexual do trabalho (Portella, 2003).

Nossa investigação teve início em março de 2009, com o levantamento de dados secundários disponíveis sobre o universo pesquisado, o projeto e relatório das ações do projeto PDHC, o histórico das ONGs feministas, dados sobre assentamentos e agrovilas nos territórios abrangidos pelo PDHC. Foram realizadas entrevistas em profundidade com todas as representantes das ONGs feministas e com 4 parceiras do PDHC. As ONGs feministas avaliaram que a preparação que tiveram para adentrar na realidade do mundo rural foi insuficiente, enfrentaram uma série de dificuldades e obstáculos, mas também obtiveram êxitos e sucessos.

A seleção das localidades onde a pesquisa se desenrolou considerou a distância, acessibilidade e a avaliação dos resultados dos projetos a partir das entrevistas e informações obtidas com o CRM8M e o Cunchã Coletivo Feminista, ou seja, optamos pelo assentamento onde os projetos foram exitosos, assim como por aquele que trouxe mais dificuldades para a efetivação dos projetos. Também entrevistamos a responsável pela inserção e planejamento da ação das ONGs feministas no interior do PDHC, quando da elaboração da proposta. As ONGs parceiras foram observadas durante a atuação no campo e a representante da ONG Vínculos foi uma das entrevistadas, identificando projetos desenvolvidos e coletando impressões da população beneficiada através de conversas informais e observação *in loco*.

Os assentamentos selecionados foram Serrote Agudo, onde os projetos desenrolavam-se com maior facilidade; Novo Mundo, a área mais difícil de ser trabalhada pelas ONGs; Santa Catarina, o assentamento mais consolidado da região e com mais infraestrutura. Posteriormente, foram incluídas na coleta as agrovilas de Tingui, beneficiada pelo projeto PDHC; e Porções, uma comunidade de pescadores, à beira do açude de mesmo

⁵ Pluriatividade refere-se a "situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção" (Schneider, 2003, p. 100).

nome, que não conta com nenhum projeto de desenvolvimento. A comunidade de Porções funcionou como um grupo de controle para comparar as percepções e comportamentos destas mulheres com as das localidades onde houve intervenções do PDHC e atuação das ONGs feministas. O grupo de controle não foi exposto a nenhuma intervenção dos projetos e ações, ao passo que os demais grupos já mantinham uma relação de participação nos projetos do PDHC ao longo de seis anos. Os resultados da pesquisa com as mulheres de Porções serviram de parâmetro para contrastar os resultados e observar o impacto dos projetos para promoção de cidadania, autonomia, empoderamento e emancipação das mulheres rurais.

Entre os meses de março e dezembro de 2009, foram realizadas mais de 100 entrevistas semiestruturadas nas 5 localidades, com as lideranças identificadas, os mobilizadores⁶ ou “facilitadores” que conduziram às antigas e atuais beneficiárias⁷ dos projetos. O público alvo foram mulheres participantes dos variados projetos do PDHC, incluindo aquelas que abandonaram o projeto, além das mulheres do grupo de controle. Por meio de entrevistas, pudemos localizar outras beneficiárias, pelo método “bola de neve”, no qual cada entrevistada sugeria nomes de outras. Realizamos também observações das atividades cotidianas da comunidade, na roça, nas assembleias e reuniões de moradores, no momento de confecção da renda renascença etc.

A partir de um perfil traçado por meio das 70 entrevistas realizadas com mulheres beneficiárias dos projetos do PDHC, observamos que 58% têm entre 26 a 45 anos e 83% são casadas. Em relação à escolaridade, 53% possuíam o Ensino Fundamental incompleto, 7% possuíam o Ensino Fundamental completo, 10% o Ensino Médio completo, 11% realizavam supletivos e 19% declararam-se analfabetas. Sobre número de filhos, 50% do total declararam ter um ou dois filhos, juntando-se aos 11% sem filhos. Contudo, somando-se os percentuais das mulheres que declararam ter de 3 a 5 filhos, de 6 a 10 anos ou mais, chega-se a um valor aproximado de 45%. Isto demonstra que a maternidade continua ocupando um lugar central na vida dessas mulheres, o que muitas vezes se mostra incompatível com a continuidade dos estudos. Importante observar também que 66% das entrevistadas eram contempladas pelo Programa Bolsa Família do Governo Federal.

Concluindo a fase das entrevistas, em dezembro de 2009, realizamos uma oficina com mulheres das áreas pesquisadas, na sede do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), em Monteiro, cidade polo na região. Essa oficina teve por objetivos: 1) promover um debate e conhecer suas impressões a cerca do papel da mulher no meio rural, violência doméstica e mudanças nos papéis tradicionais nas relações de gênero; 2) promover o intercâmbio de opiniões e experiências entre as mulheres dos Cariris.

6 Mobilizadores é a denominação usada para designar as lideranças locais em cada comunidade onde exercem oficialmente a função de mobilizar a comunidade para ações e atividades dos projetos, recebendo uma ajuda de custo para realizar tal tarefa.

7 Chamamos beneficiárias as mulheres das comunidades que recebem e participam das ações e projetos do PDHC.

Dividimos os trabalhos em três momentos, integrados quanto aos objetivos e temas: grupo focal e tempo livre para interação espontânea entre as participantes, exposição de vídeos, fotografias/imagens e matérias jornalísticas para estimular as mulheres a exporem suas opiniões sobre as situações apresentadas. Criamos dois grupos para facilitar o registro das falas no grupo focal e garantir a oportunidade de expressão a todas.

Exibimos o filme *Acorda Raimundo... acorda* (1990), produzido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). Esse filme serve como motivador de debates e discussões nos movimentos feministas, pois trata da inversão dos papéis sexuais tradicionais na sociedade com o objetivo de enfatizar o cotidiano de mulheres vivendo sob o machismo e a violência. O filme estimulou a reflexão sobre a construção da masculinidade e dos papéis de gênero. Em seguida, exibiram-se fotos de homens desempenhando tarefas identificadas como femininas para iniciar a oficina de debates. Tanto o filme quanto as fotografias pretendiam estimular e provocar o debate sobre o papel da mulher, proporcionando oportunidade para se expressarem sobre situações hipotéticas e, indiretamente, sobre sua realidade. Essa estratégia tomou como princípio que, para as pessoas, de um modo geral, é mais fácil falar sobre outras vidas do que falar sobre si próprio, sobretudo quanto tratamos de questões de foro íntimo.

Durante a oficina, apresentamos os dados estatísticos do *Monitoramento de Crimes contra a Mulher na Paraíba*, relativo ao período compreendido entre os anos de 2008 e 2009, realizado pela ONG CRM8M. Estimulado pelo filme, imagens e notícias, o debate trouxe comentários, impressões, revelou sentimentos e promoveu reflexões. Houve relatos de violências, brigas e traições, e falou-se sobre as relações conjugais pautadas no respeito e na negociação de conflitos. Observa-se, após seis anos de intervenção das ONGs, que as mulheres compreendem que a violência não é algo “normal” ou aceitável, porém não demonstraram associar as raízes desta violência à diferença de poder entre os sexos. As reações ante as notícias sobre violência de gênero foram de indignação, mas o motivo dos crimes foi atribuído a: “falta de Deus no coração”, fatalidade, ruindade, desassociados portanto do contexto geral da violência de gênero, tratados como casos isolados e não como sintoma de um fenômeno social. Nesta oficina, as mulheres expuseram seus pontos de vista e envolveram-se emocionalmente nos casos, revelando os próprios dilemas.

Do quintal para o mundo: descaminhos do empoderamento

A combinação de atividades produtivas e reprodutivas levadas por longas horas pelas mulheres rurais, faz com que elas sejam, provavelmente, as pessoas mais ocupadas do mundo.

FAO, 1993

Embora poder e renda devam articular-se para garantir a efetiva autonomia política das mulheres, observamos, a partir da fala das entrevistadas, que elas não diferenciam as

ações técnicas do PDHC, voltadas para as atividades produtivas, das intervenções das ONGs feministas, que buscam a promoção da equidade de gênero. Elas participam de reuniões para o planejamento e acompanhamento dos projetos produtivos, assim como de reuniões voltadas para temas específicos, que são coordenadas pelas ONGs feministas, mas alegam que apesar de importantes e interessantes, não trazem retorno concreto e imediato para suas famílias. Os projetos de geração de renda são distintos dos de mobilização política, que pretendem conferir empoderamento e autonomia às mulheres. Nesse sentido, a questão é justamente equacionar as percepções locais a respeito do empoderamento com concepções mais amplas do movimento feminista e dos projetos desenvolvimentistas governamentais.

Quem fazia a feira era eu, mas quem pagava era ele. Quem resolvia as conta era eu, mas quem pagava era ele. [...] Depois que eu me separei foi que eu vim trabalhar, pegar no meu dinheiro... saber o que eu precisava ou não... (Flor de Cacto, Assentamento Santa Catarina, Monteiro, PB).

O depoimento acima sintetiza as contradições das relações de gênero nas famílias dos assentamentos. Apesar de algumas mulheres decidirem sobre a utilização da renda familiar, são os maridos que detêm o dinheiro. Em vários casos, pudemos perceber as contradições e lacunas entre o discurso e a prática. Frequentemente, durante as entrevistas com as mulheres, os maridos mantinham-se no local e respondiam as questões dirigidas a elas ou complementavam suas respostas, até por solicitação da informante que demonstrava constrangimento durante a entrevista. Embora as mulheres sejam o foco do interesse nesta pesquisa e nos projetos do PDHC, os homens viam-se como “porta-vozes” da família e legitimados, inclusive pelas esposas, a falarem por elas. É importante notar que muitas mulheres abdicaram da inclusão do nome nos projetos do PDHC para favorecer os maridos. Elas informam que também realizaram árduas negociações domésticas para poder participar das reuniões. Essas reuniões, seja tratando de assuntos técnicos ou de equidade de gênero, foram descritas pelas mulheres como espaços de sociabilidade, mobilização social e troca de experiências. Elas não demonstraram perceber o benefício político que poderiam conquistar através do acesso às informações sobre direitos, cidadania e desenvolvimento, mas percebem as reuniões com as ONGs feministas como momentos peculiares do PDHC.

Antes de a gente se reunir com o projeto Dom Helder, com essas coisas, a gente era muito parada, não sabia conversar, tinha vergonha quando o povo chegava. [...] Depois que a gente começou assim, a se reunir com eles a gente aprendeu assim a conversar mais, né, foi muito bom. Ter mais renda. (Flor da Caatinga, Serrote Agudo, PB).

Nestas reuniões promovidas pelas ONGs feministas, as mulheres alegam que ganharam voz e foram ouvidas; obtiveram informações sobre direitos e a Lei Maria da Penha. Esse conhecimento teve impactos diretos nos assentamentos, trazendo implicações

legais para os agressores nos casos de violência contra a mulher. Segundo as entrevistadas, ocorreu uma diminuição de casos de agressão após as oficinas informativas. Muitos maridos impediram as mulheres de participar desses encontros, somente abriam espaços para as esposas participarem quando percebiam a atividade como possibilidade de obter retorno financeiro, feiras agroecológicas ou viagens de intercâmbio. Vigilância, cerceamento e controle são revestidos ou travestidos de preocupação, zelo, cuidado e demonstração de ciúmes ou manifestação de amor.

As mulheres rurais têm sua condição marcada pelo sobretrabalho, com tarefas e “obrigações” que envolvem a esfera da produção e da reprodução. A agricultura familiar estrutura-se a partir do trabalho da família, coletivo e voluntário, obtido através de vínculos extraeconômicos, cujo cunho afetivo obscurece as relações de exploração. Aparentemente, todos participam com o trabalho para o bem de todos, porém é nessa lógica que reside a grande desvantagem para a mulher. Portella e Silva (2006) colocam que, sem esse arranjo, a agricultura familiar não sobreviveria sem o “trabalho de mulher”, invisível e desvalorizado, que garante a continuidade da reprodução das desigualdades. Alerta que esse fardo traz graves consequências, pois, desde a infância, elas acumulam múltiplas tarefas, e a mão de obra das meninas é a única forma de liberar as mães da lida doméstica para que possam participar das atividades comunitárias ou sindicais, com isso o ciclo se reproduz, comprometendo a escolaridade e o lazer das meninas.

Contudo, acreditamos ser problemática a ideia de que o modelo de agricultura familiar só sobreviva graças ao “sobretrabalho” das mulheres e à concentração de poder na figura do homem. Não seria possível pensar a reformatação da família, como demonstram estudos de Jane Lewis (2009), Trudie Knijn e Aafke Komter (2004), autores preocupados com a democratização, equidade na distribuição de poder e solidariedade entre os sexos e as gerações? Seria um golpe mortal para a estrutura da agricultura familiar se os arranjos produtivos e as tarefas fossem igualmente distribuídos, sem preconceito ou discriminação por sexo?

O sobretrabalho nos Cariris decorre do trabalho rural que se prolonga pelo tempo de lazer. Em verdade, trabalho e tempo livre estão profundamente imbricados nos assentamentos, revelando claríssima distinção entre os sexos. Basicamente, os trabalhos realizados pelas mulheres ocorrem no âmbito doméstico, do preparo da alimentação aos cuidados com os filhos, mas fora dele, no trabalho externo na plantação, a lida com animais e o roçado ou a pesca. O tempo livre, observando o recorte geracional e outras especificidades, é vivido como descanso, visita a parentes e vizinhos, igreja, aula de alfabetização, televisão e é utilizado para aumentar a renda da família com artesanato de crochê e renascença ou revenda de cosméticos, bijuterias e roupas.

A agricultura familiar como a salvação da lavoura

Na proposta da Reforma Agrária, a agricultura familiar aparece como um sujeito histórico, o agente da modernização do meio rural. Para Ricardo Abramovay (1997), a agricultura familiar é “aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento” (Abramovay, 1997, p. 3)⁸.

O centro do debate hoje é a sociedade brasileira enxergar os assentamentos da reforma agrária, não como espaços de conflito, e sim como espaços de produção de alimentos, de geração de trabalho e renda. Esse é o grande desafio contemporâneo. (Balza, Folha de São Paulo, 22 de agosto de 2009)

No discurso oficial, um país produtivo, moderno, competitivo no século 19, precisa ter uma estrutura agrária mais equilibrada e democratizada. Porém, apesar de sua importância, os Programas de Reforma Agrária promovem a distribuição de lotes em assentamentos precariamente assistidos em termos de infraestrutura, incapaz de suprir as necessidades fundamentais da comunidade, devido à ausência de estradas, comunicação e acesso a bens e serviços.

A agricultura familiar é caracterizada pela pluriatividade, que garante a reprodução social e econômica da unidade familiar, cuja estabilidade advém das relações de parentesco entre os membros. Para Schneider (2003), a pluriatividade “ocorre não apenas em relação à alocação da força de trabalho, mas também aos aspectos de gênero e hierarquia familiar.” (Schneider, 2003, p. 101). Stropasolas (2004) afirma que na agricultura familiar, “toda a organização do processo de trabalho é enviesada contra a mulher. [...] o que consiste num traço verdadeiramente secular das formas familiares de produção em todo o mundo” (Stropasolas, 2004, p. 254).

Ana Paula Portella e Carmem Silva (2006) constata que, na família rural, as mulheres vivem uma situação de franca desvantagem, inseridas numa cultura que divide papéis, atribuições e valores femininos e masculinos de modo rígido e hierárquico. Inexiste planejamento coletivo entre os familiares para definir a produção, é o chefe da família quem controla o trabalho da mulher e dos filhos. Nesse sentido, a “agricultura familiar se estrutura sob relações hierárquicas entre homem/mulher, adulto/jovem, o pai é figura com poder de decisão, a agricultura familiar é lugar de opressão intra-familiar vivenciada de modo naturalizado” (Portella; Silva, 2006, p. 132).

Nesse modelo, as mulheres estão alijadas da esfera pública, marcadas pelo isolamento que envolve a natureza de suas atividades e as confina dentro da casa. Outra marca da sua

⁸ Cf. Abramovay, 1997, p. 3.

condição é a ausência do direito de ir e vir, tornando a circulação feminina uma fonte de conflito; elas estão sob a tutela dos maridos e necessitam de permissão para sair de casa. Podemos inferir que a centralidade de poder na figura do pai, somada à condição de isolamento, permeia a condição da família rural no país, criando situações nas quais a lei, a justiça e os direitos têm papel secundário. A proposta desta pesquisa foi justamente encontrar as fissuras provocadas pelos conflitos e a criação de novos comportamentos que possam implodir essa família autoritária, restritiva e opressiva.

Para Debert (2006), o processo de reprivatização de questões políticas renova o papel da família. A família não é mais entendida como a tradicional família patriarcal, na qual não impera a lei ou o poder das instituições; ela ressurgue no âmbito de políticas públicas, privilegiada como o “reino da proteção e da afetividade” que poderá solucionar crises sociais.

O próprio das relações familiares é a hierarquia, nela ninguém é igual ao outro, é uma instituição permeada de conflitos de gênero e geração e de distribuição de recursos limitados... O feminismo foi muito crítico a tudo isso, a visão da família como instituição capaz de criar uma harmonia social. É um anti-feminismo total, uma despolitização... uma luta que buscava transformar a mulher em sujeito de direito. É uma ideologia caritativa, quase religiosa que se une a Direitos Humanos. É um retrocesso lamentável. (Debert, 2006, p. 116).

As políticas sensíveis de gênero partem do reconhecimento que homens e mulheres participam de forma desigual do processo de desenvolvimento. Têm necessidades, interesses e prioridades diferentes e algumas vezes conflitantes⁹.

Irene Guijt e Meera Shah discutem, em *The Myth of Community* (1998), as armadilhas nas quais os projetos de desenvolvimento esbarram ao incorporar o conceito de comunidade caracterizada como um todo orgânico e monolítico. As autoras colocam que, desde a década de 1970, criou-se um modelo teórico ideal de participação cultural local, politicamente homogêneo, atuando como contraponto das instituições impessoais e deterioradas. Neste modelo, prevaleceriam as necessidades reais das pessoas, a participação das bases, os fóruns de decisões e as percepções representadas.

A ideia de comunidade sugere que os planos e ações vão de encontro às necessidades de toda comunidade. As inequidades, as hierarquias sociais opressivas e as discriminações são omitidas, o destaque é dado à cooperação e harmonia da comunidade imaginária (Guijt; Shah, 1998). Mas as comunidades e a família não podem ser pensadas como grupos

⁹ Até hoje, a titulação conjunta não supera a discriminação das mulheres, somente 12,6% delas são beneficiárias diretas da Reforma Agrária. É pequena a parcela de mulheres tem acesso ao crédito rural no Brasil. Em 2001, o Incra determinou o mínimo 30% dos recursos relativos às linhas de crédito do Pronaf destinados para mulheres rurais. As mulheres ou são excluídas ou são minoria na capacitação e conhecimento técnico da produção agrícola e pastoril. A elas se destinam projetos voltados para artesanato, saúde e educação, porém, permanecem ausentes dos projetos sobre produção para mercado, administração e gestão das unidades produtivas. Essas restrições decorrem do não reconhecimento do papel das mulheres como gestoras.

homogêneos na composição, nem harmônicos nas relações. Para as autoras, os estudos de gênero caíram na armadilha da comunidade equilibrada que oblitera as diferenças de gênero. Homogeneidade e harmonia precisam ser substituídas por uma visão complexa que reconheça os múltiplos conflitos de interesse que perpassam e recortam famílias e comunidades. Caso contrário, os projetos correm o risco de legitimar processos e relações sociais que perpetuam inequidades.

Sobre o empoderamento: as ONGs e a cooperação em projetos de desenvolvimento

No contexto da cooperação internacional, desde Esther Boserup (1970), destaca-se o fato de que metade da população encontra-se excluída dos projetos de desenvolvimento. O Ano Internacional da Mulher (1975) conferiu visibilidade à situação de exclusão das mulheres nos projetos, em consequência, as agências internacionais elaboraram a política *Women in Development* (WID), a fim de inseri-las no desenvolvimento socioeconômico. A base do WID era a ideia da necessidade de integrar a mulher ao desenvolvimento, cuja porta de acesso seriam projetos voltados para emprego e renda feminina. Uma inserção criticada pelo estilo *just add women and stir*¹⁰.

Na década de 1980, o conceito de gênero adentrou nas agências de cooperação e alterou a estrutura dos projetos de desenvolvimento para mulheres. O uso do conceito de gênero revelou a fragilidade da postura economicista na luta pela superação da desigualdade e inequidade entre os sexos. Evidenciou que a origem da inequidade entre os sexos está muito além do plano econômico, faz parte da cultura, do imaginário social e perpassa todas as dimensões da existência.

Os novos projetos de desenvolvimento foram formatados a partir da abordagem de gênero, *Gender and Development* (GAD), priorizando a transformação da posição da mulher na sociedade com a redistribuição de poder entre os sexos. O GAD colocou o empoderamento na agenda feminista e o foco na democratização das relações de gênero.

O espectro das agências voltadas para a promoção da equidade de gênero se ampliou e se diversificou, abarcando parcerias distintas com o intuito de promover a abordagem transversal e democratizar as relações entre os sexos. Porém, esse encontro interdisciplinar nem sempre foi pacífico ou profícuo.

Para a GAD, trata-se de desvelar as estruturas e os processos que colocam a mulher em posição de desvantagem e dismantelá-las para atingir o empoderamento da mulher. Se durante o WID, o foco era implantar políticas, pois é menos problemático elaborar políticas que atendam às necessidades imediatas do que provocar mudanças nas vidas das mulheres, empoderando-as, na perspectiva da GAD, o foco volta-se para a questão da subordinação da mulher e as relações de gênero.

¹⁰ Harding, 1995. A expressão em português seria: "Apenas adicione mulheres e mexa." (tradução nossa).

No fim dos anos 1980, Gita Sen e Caren Grown introduzem a noção de empoderamento, cujo pressuposto é a ação coletiva com vistas a resolver problemas nos contextos locais. Elaboram novas estratégias e métodos de mobilização política para empoderar mulheres e mudar a sociedade (Sen; Grown, 1988).

Analisando o projeto PDHC, percebemos que o privilégio não foi atribuído a essa perspectiva, mas ao empreendedorismo e à autossuficiência ou ações que aliviam a pobreza e buscam suplementar a ação estatal insuficiente. As ações desenvolvidas pelas entidades parceiras do PDHC agregam sem transformar e, assim, garantem que a estrutura permaneça intocada.

Em Jo Rowlands (1997), empoderamento é mais que participação nas decisões, inclui o processo por meio do qual as pessoas percebem-se como capazes de decidir, ou seja, ter consciência da capacidade de decisão. Para Carolyn Moser (1993), as mulheres têm dificuldade em desempenhar os papéis sexuais, balanceando as atividades de geração de renda com as domésticas; o tempo das mulheres é limitado, não pode ser tratado como um recurso elástico.

A oficina e o grupo focal com as mulheres dos Cariris revelam sua condição de sobre-exploração. Embora elas percebam, não logram identificar a divisão sexual do trabalho como a fonte da opressão e da desigualdade. Ao contrário, naturalizam essa condição como o jeito 'normal' das coisas.

Jane Parpart (2002) vê o processo de empoderamento como desafiador e capaz de subverter as relações de poder no interior das instituições e contextos materiais e discursivos. Assim, o empoderamento individual ocorre no interior das mesmas estruturas que constroem – as instituições e práticas discursivas –, através da aquisição de habilidades, consciência e poder de decisão. O empoderamento tem duas faces, ele é, ao mesmo tempo, processo e resultado. Como processo é fluido e imprevisível; como resultado pode ser medido a partir das realizações atingidas.

A equidade de gênero começa quando elas creem na própria capacidade para exercer um papel efetivo no processo de mudança. *Empowerment* cria um senso de agência eficaz. Atingir o empoderamento das mulheres requer a desconstrução de valores culturais e da autopercepção como ser desprovido de capacidade de ação e decisão, sendo importante o papel dos agentes externos às comunidades, por exemplo, as ONGs feministas. Contudo, quando um técnico atua como facilitador, não deve perder de vista que as mulheres precisam ser livres para agir a partir da sua própria avaliação das prioridades, sem a manipulação de agentes externos.

Considerações finais

Os projetos de desenvolvimento, atuando na área desde 2003, não lograram patrocinar a igualdade de gênero nem a construção de relações alternativas entre os sexos,

mas mantiveram o modelo de divisão sexual do trabalho tradicional. Os projetos não conseguiram problematizar a divisão sexual já naturalizada num contexto desfavorável para as mulheres. Após anos de participação nos projetos, elas permanecem afirmando que a ‘ajuda’ do homem é bem-vinda no trabalho doméstico, todavia assumem como seus os afazeres domésticos, é o ‘trabalho de mulher’, a despeito de ele estar acumulado com o trabalho da roça ou do quintal produtivo.

A mulher não pode gritar com o homem. Ela deve ficar em casa cuidando dos filhos esperando pelo marido. (Angico, Porções, PB).

Cadê as mulheres destas casas que não estão ali?! Elas deviam estar ali do lado dos homens. A obrigação da mulher é em casa, cuidando da cozinha, das galinhas, do terreiro... (Flor de Algoroba, Santa Catarina, PB).

Para as agricultoras familiares, vida e trabalho coexistem no mesmo espaço, que conjuga o serviço da casa, cuidados com a horta e a criação. Some-se a isso a participação na atividade produtiva fora da casa, no roçado, com ou sem o marido, nas feiras e na pescaria. Elas vivem uma tripla jornada, que começa antes do sol nascer e termina diante da televisão, bordando renascença. Apesar disto, toda atividade é considerada ‘ajuda’ ao trabalhador “verdadeiro”, mera obrigação, não entendida como trabalho que deva ser remunerado. A condição das mulheres rurais foi sintetizada, por Maravilha, em uma única frase:

[...] nós nem tem dia santo, não tem feriado, é direto que nem cantiga de grilo. (Flor de Maravilha, Novo Mundo).

Observa Maria Ignez Paulilo (1987) que o trabalho agrícola considerado leve, próprio para mulheres, nada tem de leveza efetiva. O leve significa socialmente desvalorizado, sem o prestígio que reveste o trabalho masculino, provedor de renda. A mulher na roça, carpindo, capinando, plantando ou colhendo, independente do peso ou da leveza da tarefa, mesmo executada junto dos homens, é mera ‘ajuda’, uma função imprópria ao seu sexo. O inverso é verdadeiro, o homem que, no âmbito da casa, se dispõe a lavar um prato, está ajudando, uma vez que isso não é sua obrigação. A mesma lógica não funciona para a mulher que se recusa a ‘ajudar’ o marido na roça, o que não é percebido como um favor que possa recusar sem provocar conflitos. Trabalho “leve” e ajuda compulsória demarcam o território do trabalho feminino.

Lá em casa a menina não trabalha; ela é a dona da casa; os meninos trabalham; mas também ajudam em casa... (Canela de ema, Porções, PB).

Nossa investigação confirma outros estudos. Encontramos ações estatais assistencialistas atuando de modo precário, incapazes de estender a cidadania plena aos moradores do campo, um exemplo de “pura e simples ausência de democracia” (Portella, 2006). A realidade das comunidades rurais do Nordeste é a carência, nem sempre de água e comida, mas de democracia, justiça e igualdade social. A pobreza no semiárido já não se traduz apenas na fome ou sede, mas na falta de acesso aos bens e serviços dos quais o campo carece.

Durante a pesquisa, encontramos mulheres inseridas em projetos exitosos ou não, recebendo distintas orientações ao mesmo tempo. Os parceiros praticam algo próximo da metodologia WID, cuja tônica é o produtivismo. Alguns creem que gênero é uma temática ligada ao social, não tendo nada a ver com a parte técnica, devendo ser tratada de forma transversal nas atividades desenvolvidas com os assentados. Outros optam por organizar grupos específicos de mulheres e realizar experimentações como a Mandala agroecológica e projetos de costura e bordados. Entre os parceiros, há os que se recusam a abordar aspectos de gênero para evitar conflitos que abalam as estruturas das famílias, estes geralmente estão vinculados às igrejas. Finalmente, há parceiros que representam entidades e movimentos sociais e alegam que inserir gênero na pauta geraria divisionismo, enfraquecendo as lutas.

As ações das ONGs feministas nos Cariris situaram-se na tensão existente entre estrutura e intervenção (*agency*) para mudá-la. As ONGs feministas tentaram praticar o GAD, mas o fizeram sozinhas e enfrentando obstáculos com as ONGs parceiras. As mulheres beneficiárias dos projetos permanecem no vácuo destes discursos. Ações que deveriam conjugar-se surgem como antípodas e terminam por comprometer a eficácia uma da outra.

No que tange às relações de gênero, o PDHC elaborou uma proposta tímida para reduzir as diferenças, o que implica dizer que as diferenças permanecem, embora reduzidas. Eliminar as diferenças no acesso aos bens, recursos (incluindo a lei), conferindo às mulheres o *status* integral da cidadania, implicaria na eliminação de todas as formas de discriminação com base na diferença sexual.

A inserção do gênero foi exigência do Fida e não um compromisso ou uma política delineada para reformatar as relações de gênero no campo e eliminar a desigualdade de gênero. Sendo uma demanda externa, de cima para baixo, o projeto enxertou a questão de gênero nas ações produtivas, ocasionando um descompasso entre os gestores do PDHC e as ONGs parceiras. Essas revelaram dificuldades no diálogo com os gestores e na imersão no universo rural, cheio de nuances, envolto em redes de símbolos e signos muito diferentes do mundo urbano, familiar à atuação das organizações feministas. As ONGs feministas parecem oscilar entre a demanda de projetos produtivos e a pauta feminista, executada nos moldes das oficinas para mulheres urbanas e exclusivamente compostas por mulheres.

A perspectiva do GAD é bastante crítica a essa postura, não se trata de organizar os homens, mas envolvê-los no debate sobre o gênero, revendo atitudes e comportamentos *vis-*

à-vis o outro gênero. Isso não exclui nem invalida a existência de espaços específicos para mulheres discutirem questões como as propostas nas oficinas das ONGs.

Não obstante, o trabalho que as ONGs feministas desenvolveram foi bem avaliado pelas mulheres, pois elas adquiriram novas posturas a partir do conhecimento partilhado nas oficinas, superaram abusos e violência, ‘desasnaram’ (deixar de ser asno, como disse uma das assentadas), aprenderam a se posicionar e a falar. Todavia, no que tange à mudança nas relações de gênero e ao empoderamento, permanece um horizonte longe de ser atingido.

Adquirir autoimportância, numa cultura que considera as mulheres como pessoas de segunda classe, sobretudo as pobres, rurais, negras ou caboclas, e elevar a autoestima têm papel significativo na vida das mulheres. Contudo, não substitui a ideia de empoderamento que, definitivamente, não encontramos nos Cariris.

No grupo de controle observado, na região de Porções, onde não há participação em projetos de desenvolvimento, não observamos grande discrepância no trato dispensado às questões de gênero em relação às mulheres participantes dos projetos. Um termômetro da permanência e reprodução das relações de gênero tradicionais foi a oficina e também o grupo focal, aqui, a indignação ante a inversão dos papéis demonstra que o empoderamento ainda é um projeto longínquo. O fato de reproduzirem, na educação das filhas, os papéis e funções de gênero é indicativo da ausência de empoderamento. Comportamentos alternativos ou orientação sexual diversa não aparecem, são veladas, negadas, inclusive por pessoas ‘empoderadas’ no que concerne à organização e participação política sem viés de gênero.

Outro aspecto perverso detectado é que, apesar de estarem começando a adquirir a cidadania, as mulheres dos Cariris, quando informadas sobre leis que as protegem e direitos que possuem, carecem de qualquer equipamento para poder exercer essa cidadania. Não existe Delegacia da Mulher, serviços médicos para casos de violência sexual, não existem instituições capazes de carrear as demandas nascentes destas mulheres. Isto é motivo de extrema frustração para as ONGs: “a gente não tem para onde encaminhar.” A remediação está muito além das atribuições do projeto, que está desarticulado das ações do governo estadual. A atribuição de responsabilidades entre as diferentes instâncias de poder permanece conflituosa.

Com os parceiros, a zona de conflito não se resume ao desinteresse ou à desimportância com que veem as ações voltadas para o gênero, também se identifica uma tensão sobre a distribuição de recursos. As ONGs feministas reclamam ser deslegitimadas pelos técnicos extensionistas rurais, e inúmeras vezes foram desqualificadas durante reuniões e visitas realizadas pelos técnicos do PDHC. A conduta de alguns parceiros rebate na população beneficiada que, obviamente, fica numa zona de tiro, recebendo ricochetes, sem entender exatamente a posição das parcerias do projeto.

Outro viés observado é o autoritarismo no discurso do saber técnico. Na verdade, diferentes esferas estão contaminadas e reproduzem padrões de comportamento

autoritários. O Incra, ao exigir que a produção fosse feita em parcelas (divisão da terra em lotes localizados junto aos roçados), a despeito da insistência dos moradores em manter seus sítios na formatação costumeira, reproduz-se na atitude do técnico extensionista ou na ação do presidente da associação ao manipular a reunião de moradores para nomeação de cargos para composição da diretoria.

A parcela afasta as mulheres da atividade produtiva, que é a roça e a criação, pois elas ficam circunscritas ao quintal, aos pequenos animais, à horta e à mandala para consumo próprio ou venda em pequena escala. Isso é diferente do cultivo de algodão, que proporciona renda significativa. O Incra reforça, assim, o papel tradicional e a divisão sexual do trabalho na prática, ao mesmo tempo em que, no discurso, apoia projetos de empoderamento feminino e tenta reduzir as desigualdades entre os sexos.

A crença de que o modo de trabalho interfere nas relações de sociabilidade leva a crer que o agente privilegiado é o comunitário, mas aqui nos deparamos com outra contradição, pois todo foco está na família, não na comunidade nem em outras formas de arranjos grupais.

A legislação preserva a autonomia dos assentados na tomada de decisões sobre o assentamento, mas ignora o viés de gênero na distribuição do poder de decisão nas assembleias da associação. Nestas ocasiões, percebemos que as mulheres ficam caladas, ou na cozinha preparando as refeições. Também é preciso que se considere a ausência de informação sobre essa legislação, a falta de experiência na organização coletiva, o despreparo ‘burocrático’ dos assentados, que abre caminho para os ‘mediadores’ – movimentos sociais, movimentos sindicais, setores da igreja, organizações não-governamentais, agentes governamentais – induzirem as decisões do assentamento.

De acordo com Edina Shimanski e Cimone Souza (2007), a imposição aos assentados não é prerrogativa exclusiva dos técnicos do Incra, também é encontrada no movimento social, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Para o MST, assim como para os técnicos do Incra, o ideal para o assentamento é que todos os sócios morem em espaço coletivo, como a agrovila, para garantir o convívio social, encontros, reuniões e para facilitar a instalação da infraestrutura básica do assentamento. Como demonstram Marcio Caniello e Gisleine Duque (2006), trata-se de um argumento falacioso, que oculta a verdadeira razão, qual seja, quebrar o isolacionismo camponês supostamente determinado por sua forma de trabalho.

Sobre a questão da agrovila, pode-se alegar que, muito além dos motivos operacionais de infraestrutura, mesmo que seja precária, ela garante um fluxo de informação e circulação de experiências entre os moradores, rompe com o isolamento e pode proteger contra a violência intrafamiliar. Observamos com frequência que nos assentamentos existem conflitos internos que comprometem a organização do trabalho grupal. Historicamente, as relações pessoais prevalecem no meio rural, em detrimento das relações profissionais, ainda pouco estruturadas. O parceiro e o colega ficam em segundo

plano num universo onde se lida com o vizinho e o parente.

O empoderamento das mulheres implica no desmantelamento da estrutura sobre a qual a agricultura familiar assenta-se e na reconstrução das relações entre as pessoas em outras bases, com mais parceria, equidade e democracia, na qual as pessoas sejam valorizadas como indivíduos, sem posição de classe, raça, sexo, orientação sexual, idade, etnia, religião ou qualquer outro estigma social que os coloque em desvantagem hierárquica.

No século XXI, a noção de cidadania precisa ser muito mais ampla e não se restringir ao morador da cidade; é necessário ultrapassar os limites da sua origem liberal oitocentista para realizar a utopia feminista de criar uma nova ordem moral, familiar e parcerias entre gente cidadã de qualquer gênero, que viva nas cidades, nos campos, nas florestas, nas praias ou nas montanhas.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e Agricultura Familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Mimeo. Chapecó, Brasília: Convênio FAO-Incra/CPMP-Epagri, 1997.
- BALZA, Guilherme. Agricultura familiar gera mais trabalho e é mais produtiva do que o agronegócio, diz Cassel. **Folha de S. Paulo**, 22 ago. 2009.
- BOSERUP, Esther. **Women's Role in Development**. London: George Allen and Unwin Ltda, 1970.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Cirandas do Pronaf para mulheres**. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005a. (Nead Debate, 6)
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Projeto Dom Helder Câmara**. Relatório Ações Desenvolvidas 2005b. Brasília/DF: MDA / Secretaria de Desenvolvimento Territorial, 2005b. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.projedomhelder.gov.br:8080/notitia/files/72.pdf>> Acesso em: 26 abr. 2013
- CANIELLO, Márcio; DUQUÊ, Ghislaine. Agrovila ou Casa no Lote: A Questão da Moradia nos Assentamentos da Reforma Agrária no Cariri Paraibano. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 37, n. 4, out.-dez. 2006.
- CUNHÃ COLETIVO FEMINISTA; COLETIVO 8 DE MARÇO. **As Mulheres nos Assentamentos da Reforma Agrária e nas Comunidades de Agricultura Familiar no Semi-Árido do Cariri Paraibano: Diagnóstico Sócio-Econômico**. João Pessoa, 2007.
- DEBERT Guita. Depoimento. In: GROSSI, Miriam P.; MINELLA, Luzinete Simões; PORTO, Rozeli (orgs.). **Depoimentos**. Trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violências. Florianópolis: Mulheres, 2006.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **Report Agriculture Extension And Farm Women in the 1980s**. Rome: FAO, 1993.
- GUIJIT, Irene; SHAH Meera Kaul (eds.). **The Myth of Community: Gender Issues in Participatory Development**. London: Intermediate Technology Publications, 1998.
- HARDING, Sandra. Just add Women and Stir? In: **Missing links: Gender Equity in Science and Technology for Development**. Gender Working Group United Nations. Canada / United Kingdom / EUA: International Development Research Centre / Intermediate Technology Publications Ltd / Unifem, 1995.

KNIJN, Trudie; KOMTER, Aafke E. **Solidarity Between The Sexes and the Generations**. Cheltenham: Edward Elgar Pub. 2004.

LEWIS, Jane. **Work-Family Balance, Gender and Policy**. Cheltenham: Edward Elgar Pub. Ltd, 2009.

MOSER, Carolyn. **Gender Planning and Development: Theory, Practice and Training**. New York: Routledge, 1993.

PARPART, Jane; RAI, Shirin; STAUDT, Kathleen. **Rethinking Empowerment: Gender and Development in a Global/Local World**. London: Routledge, 2002.

PAULILO, Maria Ignez. O Peso do Trabalho Leve. **Revista Ciência Hoje**, n. 28, 1987. Disponível em: <<http://nafa.paginas.ufsc.br/files/2010/09/OPesodoTrabalhoLeve.pdf>> Acesso em: 26 abr. 2013

PORTELLA, Ana Paula; SILVA, Carmem. Divisão Sexual do Trabalho em Áreas Rurais do Nordeste do Brasil. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (orgs.). **Agricultura Familiar e Gênero: Práticas, Movimento e Políticas Públicas**. Recife: Ed. da UFPE, 2006.

PORTELLA, Ana Paula. **Direitos sexuais e reprodutivos no contexto rural**. Recife: Cadernos SOS Corpo, 2003.

ROWLANDS, Jo. **Questioning Empowerment: Working With Women in Honduras**. London: Oxfam, 1997.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, n. 51, p. 99-121, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988.pdf>> Acesso em: 26 abr. 2013

SEN, Gita; GROWN, Caren. **Development, Crisis and Alternative Visions: Third World Women's Perspectives**. New York: Monthly Review Press, 1987.

SHIMANSKI, Edina; SOUZA, Cimone. A Cooperação nos Assentamentos do MST: Superação da Agricultura Familiar? In BRADENBURG, A. et al. (orgs.) **Ruralidades e Questão Ambiental: Estudos sobre Estratégias, Projetos e Políticas**. Brasília: MDA / Nead, 2007.

STROPASOLAS, Valmir Luis. Valor do Casamento na Agricultura Familiar. **Revista de Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21701.pdf>> Acesso em: 26 abr. 2013

UNITED NATIONS WOMEN. **Fourth World Conference on Women: Platform for Action**. Beijing: Action for Equality, Development and Peace, 1995.

Filme

ACORDA Raimundo... acorda. Dir. Alfredo Alves. [s.l.]: Ibase, 1990. 1 DVD (16 min), color.

Recebido em 19/01/2013

Aprovado em 25/03/2013